



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DREX/SR/PF/SP - GRUPO DE ARMAMENTO E TIRO (GAT)

TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRAS

Processo nº 08500.017440/2019-95

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais e equipamentos de primeiros socorros voltados à atividade policial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	1	Desfibrilador externo automático	unidade	6	12.675,09	76.050,54
	2	Desfibrilador externo automático de treinamento	unidade	2	3.497,20	6.994,40
	3	Manequim de reanimação pulmonar corpo inteiro	unidade	4	6.204,33	24.817,32
	4	Boneco Transporte feridos (sparring)	unidade	4	1.144,45	4577,80
	5	Torniquete tático	unidade	120	364,67	43.760,40
	6	Tesoura ponta romba	unidade	60	22,37	1.342,20
	7	Manta térmica aluminizada para resgate	unidade	120	15,18	1.821,60
	8	kit prancha cipa	kit	3	1.070,63	3.211,89
	9	Colar Cervical modular	unidade	20	29,16	583,20
	10	Esfigmomanômetro digital de pulso	unidade	10	128,20	1.282,00
	11	Oxímetro de dedo	unidade	10	170,51	1705,10
	12	Bolsa para kit veicular para transporte de equipamentos de primeiros socorros em viaturas policiais	unidade	30	222,58	6.677,40
	13	Kit para simulação de feridas	unidade	5	5.933,87	29.669,35
	14	Lanterna de cabeça	unidade	60	131,21	7.872,60
	15	Atadura de crepom	unidade	600	2,01	1.206,00
	16	Atadura (bandagem) elástica	unidade	120	75,55	9.066,00
	17	Luva de procedimento	ex c/ 100	120	25,00	3.000,00
	18	Luva de procedimento	ex c/ 100	50	25,00	1.250,00
	19	Luva de procedimento	ex c/ 100	30	25,00	750,00
	20	Soro fisiológico	frasco com 100 ml	240	3,24	777,60
	21	Gaze	pacote c/ 10	1200	0,56	672,00
	22	Tala moldável	unidade	160	18,06	2.889,60
	23	Clorexidina Tópico 1%	frasco 50 ml	120	18,17	2.180,40
	24	Clorexidina degermante 2%	frasco com 1000 ml	20	15,63	312,60
	25	Esparadrapo	rolo	120	6,25	750,00
	26	Bandagem triangular	unidade	120	7,00	840,00
	27	Reanimador Ventilatório Manual	unidade	6	172,87	1.037,22
	28	Porta kit de primeiros socorros (do tipo bernal modular)	unidade	60	90,98	5.458,80
	29	Manequim de reanimação pulmonar meio corpo	unidade	4	7.467,00	29.868,00
		Valor total				270.424,02

1.2. **A descrição detalhada de cada item encontra-se no item 4.6 e seus subitens.**

1.3. Justificativa para agrupamento dos itens 01 e 02:

1.3.1. Para o efetivo treinamento para uso do desfibrilador, faz-se necessária a aquisição de desfibrilador de treinamento com marca, modelo, funções e características idênticas. Desta forma, com o agrupamento, assegura-se a oferta de produtos que atendam a finalidade da aquisição.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, por meio do Grupo de Armamento e Tiro, é a unidade descentralizada responsável pela realização de treinamentos continuados para aperfeiçoamento dos Policiais Federais no âmbito do estado de São Paulo, relativamente às disciplinas que envolvem a utilização de armamentos.

2.2. Ademais o setor participa da realização de cursos para outras instituições públicas mediante autorização no âmbito dos três poderes.

2.3. O treinamento continuado de armamento e tiro é atividade de qualificação técnica do policial federal, de caráter obrigatório, instituído pelo Instrução Normativa 151/2019-DG/PF e pela portaria 1002/2019-GAB/SR/PF/SP.

2.4. A natureza da atividade policial, sobretudo aquelas que envolvem a utilização de armamento é caracterizada pelo inafastável risco à vida. É importante ressaltar o esforço desta Superintendência com medidas que possam garantir que os professores de armamento e tiro, durante os treinamentos, tenham o conhecimento adequado caso ocorra alguma situação de acidente.

2.5. Nesse sentido foi realizado no mês de abril de 2019 o Curso Básico de Primeiros Socorros para os professores de armamento e tiro do estado da São Paulo, qualificando-os para a realização de procedimentos básicos de atendimento pré hospitalar, nas possíveis eventuais situações de urgência que possam surgir durante o treinamento de tiro. Lembre-se que, dependendo do treinamento, há realização de esforço físico, além das condições climáticas da ocasião (sol forte, vento, chuva, etc).

2.6. Consequentemente, surge a necessidade de aquisição de materiais e equipamentos para que, em caso de necessidade, os servidores qualificados possam realizar os devidos procedimentos.

2.7. Além disso, existe a necessidade de que os próprios professores de tiro de estado de São Paulo passem por treinamentos periódicos e atualizações na área de primeiros socorros.

2.8. Por fim, cabe ressaltar que atualmente no estado de São Paulo, além dos instrutores da disciplina de Armamento e Tiro, há também professores de Primeiros Socorros na Atividade Policial, capacitados para ministrarem as aulas e treinamentos necessários relativos a esta atividade.

2.9. Além disso, a sede da Superintendência Regional no estado de São Paulo é local de grande circulação diária de pessoas (atendimento a público) que buscam os serviços públicos prestados por este órgão federal (emissão de passaporte, atendimento a estrangeiros, segurança privada, registro de armas, etc.), além da atividade de polícia judiciária.

2.10. Assim, faz-se necessária a presença de materiais e equipamentos (a exemplo do desfibrilador externo automático) em área de fácil acesso no prédio, além daqueles utilizados nos cursos e treinamentos acima citados.

3. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

4. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo - GAT/DREX - Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa de Baixo, São Paulo/SP - CEP 05038-090.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da avença.

4.6. Descrição dos equipamentos objetos da licitação:**4.6.1. Item 01: desfibrilador externo automático (DEA)**

- 4.6.1.1. características técnicas: forma de onda bifásica; sistema automático de avaliação do ECG, identificando a necessidade do choque;
- 4.6.1.2. adaptável a qualquer paciente adulto ou criança; análise automática da impedância torácica do paciente possuindo energia configurável com dose de choque inicial de 150 (cento e cinquenta) joules para adultos e para crianças no mínimo 50 (cinquenta) joules;
- 4.6.1.3. possuir botão liga/desliga, botão de choque luminoso, display incorporado no próprio gabinete para exibição de instruções em português, traçado de ECG, número de choques e tempo de funcionamento; mensagem e comando por texto e voz em português; feedback da RCP em tempo real quanto a profundidade das compressões na tela do desfibrilador; verificar periodicamente a disponibilidade através dos testes da carga da bateria, dos circuitos internos, do software e da presença do eletrodo;
- 4.6.1.4. possuir sensibilidade e especificidade em pacientes adultos e pediátricos do algoritmo de detecção de ritmos chocáveis e não chocáveis que atenda as recomendações de desempenho da A.H.A (*American Heart Association*).
- 4.6.1.5. deverão ser apresentadas certificações de conformidade definitivo com logomarca Inmetro com as normas: NBR IEC 60601-1, NBR 60601-2-4 e IP 55 ou superior para resistência à entrada de partículas e água, e registro definitivo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 4.6.1.6. deve possuir assistência técnica especializada em São Paulo/SP e fornecer treinamento para a equipe em data a ser agendada com a futura contratada;
- 4.6.1.7. acompanhada dos acessórios:
- a) 1 (um) eletrodo pré-conectado para paciente adulto com desenho do correto posicionamento no paciente, com no mínimo 24 (vinte e quatro) meses de validade no momento da entrega;
 - b) 1 (um) sensor de RCP acoplado ao eletrodo adulto, ou em separado com cabo de interconexão ao equipamento;
 - c) 1 (uma) bateria descartável/recarregável ou conjunto de pilhas descartáveis/recarregáveis de longa duração com autonomia solicitada;
 - d) maleta / estojo de transporte com alças.
- 4.6.1.8. Pela peculiaridade da destinação final do equipamento, deverá ser resistente a poeira, trepidação, água e umidade, tendo em vista que será utilizado, principalmente, na atividade operacional relativa a de armamento de tiro, inclusive ser transportado nas viaturas policiais.

4.6.2. Item 02: desfibrilador externo automático de treinamento:

- 4.6.2.1. características técnicas: simulador de desfibrilador externo automático que permite a estudantes praticar em um equipamento realista os cenários de treinamento recomendados pela *American Heart Association*.
- a) interface gráfica com operador idêntica a do equipamento real e mensagens visuais e de áudio completas imitam com perfeição a utilização do DEA automático. Figuras, tons audíveis e mensagens de voz, guiam o usuário durante todos os aspectos do salvamento, desde a chegada em cena, chamada para ajuda, administração da RCP e a liberação do choque;
 - b) manual, mais simulações de "ECG com ruído", "Bateria fraca" e "Falha na unidade";
 - c) o eletrodo de treinamento deve permitir ao usuário simular a aplicação do eletrodo e a colocação das mãos para a RCP. Quando usado em um manequim, fornecer *feedback* da RCP ajudando o usuário a realizar a RCP com a correta compressão e frequência;
 - d) o equipamento de treinamento deve ser do mesmo modelo do item anterior para que não haja dúvidas na utilização em caso de emergências reais;
 - e) simulador de parada cardíaca com situações baseadas nas diretrizes de 2017 da AHA/ERC.
 - f) 1 (uma) bateria descartável/recarregável ou conjunto de pilhas descartáveis/recarregáveis de longa duração
 - g) maleta / estojo de transporte com alças.

4.6.3. Item 03: manequim de reanimação pulmonar

- 4.6.3.1. características técnicas: manequim simulador adulto, de corpo inteiro, de no mínimo 1,70m. Indicado para treinamento de RCP (massagem cardíaca), e prática de abertura e desobstrução das vias respiratórias, entubação, respiração artificial, simulação do pulso da artéria carótida bilateral. Identificação e diferenciação de pupila: Midríase, Miose e Anisocoria;
- a) confeccionado com material flexível, de acordo com as diretrizes da AHA 2015 (*American Heart Association*) com detalhes anatômicos como: tórax, mamilos, costelas, esterno e processo xifoide;
 - b) acompanhando: bolsa ou maleta para transporte; no mínimo 02 (dois) pulmões de reposição.

4.6.4. Item 04: boneco transporte feridos (tipo *sparring*)

4.6.4.1. características técnicas: boneco corpo inteiro para treinamento de transporte de feridos e confecções de curativos.

- a) boneco de material resistente com altura no mínimo 1m70cm e peso no mínimo 30 kg quando cheio.
- b) Costura resistente;
- c) Confeccionado em Poliuretano ou couro sintético;

4.6.5. Item 05: torniquete táctico

4.6.5.1. características técnicas: para uso em membros (superiores ou inferiores) do corpo humano, referência padrão CAT (combate application tourniquet®) Geração 7 - Código NSN (NSN6515-01-521-7976); ou padrão SAM®, com as respectivas homologações nos órgãos competentes.

4.6.5.2. largura da fita: 3,8 cm (mínima)

4.6.5.3. não serão aceitas versões destinadas a treinamento (ou sem homologações), ainda que visualmente idênticas.

4.6.6. Item 06: tesoura "ponta romba"

4.6.6.1. navalha afiada;

4.6.6.2. uso para socorrista (primeiros socorros)

4.6.6.3. lâmina angulada;

4.6.6.4. super-cirúrgica;

4.6.6.5. lâminas endurecidas de aço inoxidável com borda serrilhada para cortar vestimentas, bandagens e materiais mais resistentes;

4.6.6.6. comprimento mínimo de 18 cm;

4.6.6.7. cabo de polipropileno/polietileno autoclavável;

4.6.7. Item 07: manta térmica

4.6.7.1. dimensão mínima aproximada: 2,10 x 1,4 m

4.6.8. Item 08: kit prancha CIPA

4.6.8.1. características técnicas: kit completo com prancha de resgate em polietileno adulto, utilizado para imobilização, remoção e transporte de vítima em caso de acidentes, contendo:

- a) altura 15cm;
- b) largura 45cm;
- c) profundidade 180cm;
- d) capa para o kit;
- e) prancha de resgate em polietileno adulto;
- f) conjunto de 3 cintos para fixar o acidentado na prancha;
- g) jogo de tala aramada em E.V.A com 4 tamanhos;
- h) bandagem triangular tam: 100 x 100 x 140cm;
- i) colar cervical (P,M,G);
- j) manta térmica aluminizada;
- k) luvas cirúrgicas estéreis;
- l) tesoura ponta romba;
- m) óculos de proteção;
- n) ataduras de crepe 10 x 1,20cm;
- o) ataduras de crepe 15 x 1,20cm;
- p) fita micropore 25mm x 10m;
- q) máscara RCP descartável.

4.6.9. Item 09: colar cervical modular

4.6.9.1. colar cervical fabricado em plástico resistente;

4.6.9.2. deve possuir configurações diferentes para um melhor ajuste para uma vítima adulta;

4.6.9.3. na parte posterior (nuca) deve possuir 02 aberturas para a palpação e ventilação;

4.6.9.4. na frente, deve possuir uma abertura que permita a palpação do pulso carotídeo e acesso à traqueia;

4.6.10. Item 10: esfigmomanômetro digital de punho**4.6.10.1. características técnicas:**

- a) aparelho de pressão arterial de braço automático
- b) detecta batimentos cardíacos irregulares e indicador de hipertensão;
- c) ativação ao toque de um botão;
- d) braçadeira ergonômica, fácil de usar e ajustável para braços com circunferência mínima de 20cm a 32cm;
- e) visor digital LCD;
- f) faixa de medição: 0 a 299 mmHg, Pulsação: 40 a 180 batidas/min;
- g) válvula de liberação automática de pressão;
- h) liberação rápida de ar: Válvula de liberação automática;
- i) método oscilométrico;

4.6.11. Item 11: oxímetro de dedo**4.6.11.1. características técnicas:**

- a) aferição de batimentos e cardíacos e oxigenação;
- b) LED Colorido: Sim 2 (duas) cores;
- c) orientação do LED: Automático e Ajustável (4 posições);
- d) alimentação: 2 (duas) pilhas AAA;
- e) economia de energia: Sim (desligamento automático na ausência de sinal);
- f) faixa SPO2: 70 a 99%;
- g) faixa BPM: 30 a 240 bpm;
- h) precisão SPO2: +- 2%;
- i) precisão BPM: +- 1bpm;
- j) dimensão mínima aproximada 6cm x 3cm x 3cm.

4.6.12. Item 12: bolsa para kit veicular**4.6.12.1. características técnicas:** bolsa para transporte de equipamentos de primeiros socorros em viaturas policiais;

- a) dimensões mínimas aproximadas exteriores: 60cmx40cmx25cm
- b) cores azul e/ou laranja e/ou amarela e/ou verde e/ou vermelha
- c) alça de ombro ajustável de aproximadamente 5cm;
- d) zíperes reversos manter a sujeira e umidade para fora;

4.6.13. Item 13: kit para simulação de feridas**4.6.13.1. características técnicas:**

4.6.13.2. kit fornecido com maleta de transporte contendo ferimentos mais complexos, utilizados para praticar e demonstrar técnicas de bandagem e enfermagem avançadas, ferimentos com hemorragia (com sacos e bomba para o sangue artificial) para os seguintes ferimentos;

4.6.13.3. amputação aberta; fratura exposta do úmero; fratura exposta da tíbia; ferimento do tórax com pneumotórax; ferida de mão causada por arma de fogo; ferimentos sem hemorragia; conjunto de ferimentos com no mínimo 20 (vinte) feridas laceradas e fraturas expostas adesivas;

4.6.13.4. acessórios de maquiagem contendo no mínimo;

- a) 1 (um) frasco de sangue artificial para maquiagem, coagulante;
- b) 1 (um) pacote de celulose metálica para o engrossamento do sangue artificial;
- c) 3 (três) pacotes de sangue artificial em pó;
- d) 1 (uma) cola para as feridas adesivas;
- e) 1 (uma) cera para modelar feridas;
- f) 1 (um) pacote de fragmentos de vidro acrílico para a simulação de feridas com fragmentos de vidro;
- g) 4 (quatro) lápis de maquiagem: branco, azul, marrom, vermelho;
- h) 4 (quatro) sacos com bomba para o sangue artificial;
- i) 1 (um) vaporizador;

- j) 3 (três) espátulas;
- k) 3 (três) depressores de língua.

4.6.14. **Item 14: lanterna de cabeça**

4.6.14.1. características técnicas:

- a) deverá ser frontal, regulável, programável com no mínimo 02 (dois) modos de iluminação;
- b) a alimentação deverá ser através de pilhas convencionais ou recarregáveis: "AA", "AAA" ou "CR123", "CR2" ou Bateria 9v;
- c) deverá ser na cor preta, camuflada, cinza, verde oliva ou vermelha;
- d) deverá possuir tiras de elástico para ajuste na cabeça;
- e) modelo compacto;
- f) dimensões máximas do equipamento de iluminação, excluindo o suporte para a cabeça: 6,5 cm X 7,00 cm X 7,00 cm;
- g) a prova d'água;

4.6.15. **Item 15: atadura crepom**

- 4.6.15.1. características técnicas: atadura confeccionada em algodão
- 4.6.15.2. dimensão mínima aproximada: 10 cm largura e 1,80 m de comprimento.

4.6.16. **Item 16: atadura (bandagem) elástica**

- 4.6.16.1. dimensão mínima aproximada: 10 cm x 2,20 m;

4.6.17. **Item 17: luva de procedimento**

- 4.6.17.1. tamanho M;
- 4.6.17.2. nitrílica;
- 4.6.17.3. impermeável á água e a outros fluídos;
- 4.6.17.4. caixa c/ 100 unidades;

4.6.18. **Item 18: luva de procedimento**

- 4.6.18.1. tamanho G;
- 4.6.18.2. nitrílica;
- 4.6.18.3. impermeável á água e a outros fluídos;
- 4.6.18.4. caixa c/ 100 unidades;

4.6.19. **Item 19: luva de procedimento**

- 4.6.19.1. tamanho P;
- 4.6.19.2. nitrílica;
- 4.6.19.3. impermeável á água e a outros fluídos;
- 4.6.19.4. caixa c/ 100 unidades

4.6.20. **Item 20: soro fisiológico**

- 4.6.20.1. características técnicas: frascos de 100 ml.

4.6.21. **Item 21: gaze**

- 4.6.21.1. medidas mínimas: 7,5 x 7,5 cm;
- 4.6.21.2. estéril;
- 4.6.21.3. pacote com 10 unidades

4.6.22. **Item 22: tala moldável**

- 4.6.22.1. características técnicas: material emborrachado, aramada.
 - a) tamanho de no mínimo 80 cm x 10cm
 - b) deve permitir que seja cortada no tamanho desejado;

4.6.23. **Item 23: clorexidina tópico 1%**

- 4.6.23.1. características técnicas:
 - a) frasco com, no mínimo, 40ml;
 - b) aplicação em spray;
 - c) 1% é uma solução aquosa de digluconato de clorexidina 1%. indicada com antisséptico tópico;

d) validade: no mínimo 12 (doze) meses.

4.6.24. Item 24: clorexidina degermante 2%

4.6.24.1. características técnicas:

a) frasco com 1000ml;

4.6.25. Item 25: esparadrapo

4.6.25.1. características técnicas: rolo 10 cm x 4,5 m (mínimo);

4.6.26. Item 26: bandagem triangular

4.6.26.1. características técnicas: confeccionada em tecido cru, produto lavável, formato triangular (100cm x 100cm x 140cm, no mínimo) :

4.6.26.2. tamanho M

4.6.27. Item 27: reanimador ventilatório manual

4.6.27.1. características técnicas: deverá ser do tipo “AMBU”, adulto, reutilizável, totalmente autoclavável e resistente à desinfecção química, de fácil montagem, desmontagem e manuseio.

4.6.27.2. Bolsa (balão) confeccionada em puro silicone translúcido, com capacidade para, no mínimo 1000 ml, de parede única que permita re-expansão rápida e automática.

4.6.27.3. Válvula unidirecional com diafragma em silicone, autoclavável, no formato “bico de pato”.

4.6.27.4. Conexão com perfeito encaixe com bolsa (balão) e com a máscara, de fácil manuseio e sem qualquer escape, provido de limitador de pressão e possibilitando adaptação a qualquer válvula PEEP.

4.6.27.5. válvula unidirecional deve oferecer a possibilidade de giro de 360° sem escape e sem dificuldades, permitindo a utilização por mais de um profissional, sem comprometer as manobras necessárias.

4.6.27.6. Máscara facial autoclavável, translúcida, para visualização do nariz e boca do paciente, atóxico e anatômico.

4.6.27.7. Não deve possuir válvula para conexão do reservatório à válvula inferior do balão, a conexão deve ser direta do reservatório à válvula inferior do balão.

4.6.27.8. Acondicionado em maleta/estojo com fecho de zíper.

4.6.28. Item 28 : Porta kit de primeiros socorros (do tipo bornal modular)

4.6.28.1. Características do Produto:

a) possuir sistema de fixação (velcro) e soltura destacável completa;

b) tecido aderente no bolso externo;

c) referência: INVICTUS CORDURA 1000D ou superior;

d) alça de mão e fitas que se encaixam aos coletes, mochilas e bolsas por meio do sistema MOLLE universal.

e) abertura de seu bolso principal é em 180° com zíper;

f) com plataforma rígida para fixação e soltura rápida do bornal (velcro);

g) medidas mínimas 12cm x 20cm x 8cm

4.6.29. Item 29: manequim de reanimação pulmonar

4.6.29.1. características técnicas: manequim simulador adulto, meio corpo. Indicado para treinamento de RCP (massagem cardíaca), e prática de abertura e desobstrução das vias respiratórias, respiração artificial, simulação do pulso da artéria carótida bilateral. Identificação e diferenciação de pupila: Midríase, Miose e Anisocória;

a) confeccionado com material flexível, de acordo com as diretrizes da AHA 2015 (American Heart Association) com detalhes anatômicos como: tórax, mamilos, costelas, esterno e processo xifoide;

b) acompanhando: bolsa ou maleta para transporte; no mínimo 02 (dois) pulmões de reposição.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição pactuada, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do pactuado, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do pactuado na respectiva Nota de Empenho.

6.2. Da sustentabilidade ambiental:

6.2.1. adotar os critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MP:

6.2.1.1. realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, em parceria com a Academia Nacional de Polícia;

6.2.1.2. prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências da Academia Nacional de Polícia, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

6.2.1.3. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.2.1.4. Seguir normas de sustentabilidade no processo de fabricação orientando seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis e acondicionar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

6.2.1.5. Atender no processo de fabricação, transporte e descarte as diretrizes oriundas do Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do pactuado; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da execução ou entrega do objeto licitado.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. o recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do pactuado, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a entrega do objeto pactuado.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. será rescindido o pactuado em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. a CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------	--

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. dentro do prazo de vigência e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IGP-M exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Os objetos serão adquiridos de forma integral e imediata, sendo o contrato substituído pela Nota de Empenho, conforme art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do objeto do certame;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

13.3. Multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item adjudicado, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.3.4.1. a Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa.

13.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

13.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. Constam no Edital.

Ernesto Kenji Igarashi
Agente de Polícia Federal
Coordenador do GAT/DREX/SR/PF/SP

Mario Augusto Neves de Macedo Pereira
Agente de Polícia Federal
GAT/DREX/SR/SP



Documento assinado eletronicamente por **ERNESTO KENJI IGARASHI, Agente de Polícia Federal**, em 01/07/2020, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIO AUGUSTO NEVES DE MACEDO PEREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 01/07/2020, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14950826** e o código CRC **B7B09022**.